



MUDANÇAS NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA TENDÊNCIA AO ENSINO COLABORATIVO

Nelson Colossi*
Aldo Consentino**
Etty Guerra de Queiroz***

RESUMO

Este trabalho insere-se na linha atual de preocupações advindas de uma sociedade em constante transformação, como consequência dos caminhos tomados para o desenvolvimento, particularmente sobre as mudanças que ocorrem nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. Tem como perspectiva a exposição e discussão das transformações que afetam estas instituições, tomando como base a compreensão do modelo de campo de forças de Lewin. Buscou-se observar a configuração do campo de forças nas IES, bem como das transformações em curso, para finalmente chamar a atenção para uma tendência dentro do campo de força das instituições, que se concentra na propagação do ensino colaborativo.

Palavras-chave: IES, mudanças organizacionais, ensino colaborativo.

ABSTRACT

Societies transforming itself as a consequence of the direction chosen for its own development. It is worried about the changes that occur within the upper-education institutions in Brazil (IES). This work focus on these changes, having as perspective the presentation and quarrel of the hashings and their effect over these institutions. By observing the Lewin's Field of forces, as well as of the occurring changes and finally, pay attention to the tendencies within the Field of forces, which concentration in itself is the growing of the collaborative learning.

Key words: IES, organization changes, collaborative learning.

* Administrador de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutor em Administração Universitária pela George Washington University. Professor no Curso de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: colossi@cse.ufsc.br

** Engenheiro Eletricista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Doutorando em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: ac@cse.ufsc.br

*** Administradora de Empresas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Mestranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: egqueiroz@bol.com.br

INTRODUÇÃO

Analisando-se a sociedade atual, observam-se transformações que incitam mudanças profundas na vida humana individual e associada. O indivíduo nasce, educa-se, trabalha e passa a vida ligado a organizações, e estas, na realidade, são responsáveis pela consistência do destino social.

A dinâmica e a velocidade cada vez maior das mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade moderna caracterizam o que se convencionou chamar de “novo milênio”. No passado as mudanças significativas na vida humana exigiriam no mínimo o tempo correspondente a uma geração para ocorrer. Gradativamente passaram a ser imprevisíveis. Trata-se da “era da incerteza”, conforme denominou GALBRAITH (1976) ou, ainda, da “era de descontinuidade”, como classificou DRUCKER (1974).

O sentido de “novo milênio” identifica-se, assim, com as transformações globais que caracterizam o mundo moderno. Informatização, globalização e sociedade do conhecimento são alguns fatores que estão pressionando o *status quo* da vida atual. Como decorrência, tem-se a consolidação da sociedade do conhecimento. Sobretudo mudanças profundas de valores e crenças pessoais e culturais marcam a sociedade atual.

Além desses fatores, ou mesmo como consequência deles, assiste-se à falência do atual modelo econômico-político, preocupado prioritariamente com a tríade: tecnologia – consumo – lucro, e desatento às questões ecológicas e ambientais. Até então o ser humano se depara com a realidade de ser um animal capaz de gerar desequilíbrios significativos no meio ambiente. Tem percebido que seu comportamento demonstra que, dentre os animais existentes, é o único que não consegue viver em equilíbrio com o meio ambiente. Para o meio ambiente o homem é o maior agressor. Ele nasce, cresce e se multiplica dentro de um ambiente do sistema, supre todas as energias de que necessita, danificando o ambiente, e depois muda de lugar. Assim, dentre as mudanças de que se falou aqui, presentes na atualidade, está a conscientização da necessidade de manutenção do equilíbrio com a natureza.

Sobretudo é a dinâmica do controle da vida humana institucional e associada que mais surpreende. Mudanças de valores e crenças pessoais e culturais apontam para uma nova visão de mundo, em que a

valorização do ser humano e do espírito passa a ser a própria essência da vida. Este rápido panorama evidencia a importância da Educação Superior no país, que, indubitavelmente, é uma das mais respeitadas instituições sociais. A busca e o acesso a oportunidades de ingresso no ensino superior representam valores importantes na sociedade brasileira.

Este artigo pretende mostrar as formas de conscientização e atitudes que revelam as mudanças emergentes no sistema de ensino superior no Brasil. Sua discussão central será fundamentada na visão de LEWIN (1965) sobre campo de forças que geram mudanças, como pressuposto para entender a essência destas transformações.

1 PANORAMA GERAL

A educação é um processo social que muitas vezes envolve grupos pequenos, como a família, ou grandes, como a comunidade. Os processos educacionais dependem muito do estado em que se encontra, de maneira geral, o corpo social. O fato é que toda mudança na estrutura política, econômica, social deste grupo mais amplo influencia na educação. Segundo LEWIN (1965), é muito mais fácil o grupo mudar a educação do que a educação mudar a sociedade.

Tais mudanças no ambiente externo atingem a realidade do Ensino Fundamental, que no Brasil tem sido objeto de valiosos estudos. Trata-se de assunto inesgotável, porém falta, em sua maioria, uma análise satisfatória no contexto da Constituição de 1988, especialmente após a Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, que introduziu alterações nos artigos pertinentes a essa matéria. Importa saber da principal finalidade do Ensino Fundamental, enfocando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Institucionalmente, são três as finalidades do ensino: contribuir na formação da personalidade do educando, tanto do ponto de vista físico quanto ético; oferecer-lhe consciência de seu papel na sociedade para o devido exercício da cidadania; e ministrar-lhe os ensinamentos exigidos em nossos dias, possibilitando-lhe acesso aos postos de trabalho, num sistema de produção cada vez mais automatizado.

Assim, o Ensino Fundamental se destina à formação integral da criança, e não apenas à sua informação relativamente às diversas formas de

conhecimento teórico e prático. Pois, de acordo com as palavras de REALE (2000), nada é mais perigoso do que a oferta excessiva e indiscriminada de informações. Trata-se de discutir as finalidades essenciais do ensino, para que se chegue a conclusões mais certas, no que diz respeito a sua implementação.

2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL

No que se refere ao ensino superior essa situação permanece. Muitas vezes tal discussão apresenta um caráter paradoxal. Quando observadas as normas e leis que o regulamentam vêm inúmeras reflexões, devido às várias formas de interpretação dadas pelos interessados na matéria. Suas propostas de implementação refletem a resistência que existe em função da necessidade de acompanhar os modelos de visão que atendem aos seus interesses. Apesar de pressões da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, das mudanças globais, de transformações na percepção quanto à qualidade de ensino, há uma tendência à manutenção das características atuais do ambiente ligado ao ensino superior, pois sua estrutura de poder é composta por diferentes blocos de interesse. Nas raízes da expansão do ensino superior, observa-se a predominância dos critérios de busca de atendimento de necessidades voltados para o mercado, ou seja, prevalecem critérios econômicos. Ocorre, assim, a comercialização do ensino superior, a predominância de critérios utilitaristas, com o prejuízo de ações que privilegiem os aspectos sociais e o atendimento aos interesses de um pequeno grupo. Cabe discutir a forma de compreensão empregada ao ambiente de Educação Superior, que deve ser muito mais do que a simples categorização do *status* educacional de um indivíduo.

A educação superior é uma instituição social, cujo papel fundamental é formar a elite intelectual e científica da sociedade a que serve. Uma instituição social caracteriza-se pela estabilidade e durabilidade de sua missão. Além disso, é estruturalmente assentada em normas e valores emanados do grupo ou sociedade em que se insere. Uma instituição social é, fundamentalmente, um ideal, uma doutrina. Assim, a educação superior é uma instituição social, estável e duradoura, concebida a partir de normas e valores da sociedade. É, acima de tudo, um ideal que se destina, enquanto integrador de um sistema, à qualificação profissional e promoção do desenvolvimento político, econômico, social e cultural.

A Universidade é um exemplo de instituição que faz parte desse sistema, cabendo-lhe o compromisso de gerar o saber, o qual está relacionado com a verdade, justiça, igualdade e com o belo. A verdade, como base para a construção do conhecimento; a justiça, em que se ampara a relação entre os homens; a igualdade, porque é parte fundamental na consecução da estabilidade social; e a beleza, como um instrumento através do qual se expressam sentimentos, o que diminui a superioridade do apelo racional que é parte das opções de busca do homem.

3 EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O interesse da sociedade pela educação superior tem aumentado significativamente. Na realidade, pode-se dizer que a história do progresso humano coincide com a história dessas instituições.

No Brasil, a educação superior é parte integrante da história da sociedade brasileira. A literatura mostra que a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, fugindo das forças napoleônicas, foi a razão inicial para a criação das primeiras escolas superiores brasileiras, devido principalmente a pressões exercidas pelas elites da sociedade de forma geral. Alguns levantamentos revelam o aparecimento das três primeiras instituições de ensino superior no Brasil: Escola de Medicina do Rio de Janeiro, Escola de Medicina da Bahia e Escola de Engenharia e Arte Militar do Rio de Janeiro.

Algumas datas ilustram, também, a trajetória da educação superior no Brasil. Em 1827 foram criados os Cursos de Ciências Jurídicas em São Paulo e em Olinda. Em 1889, a República se desenvolve com a criação de 14 Escolas Superiores. A Universidade de Manaus, criada em 1909, mostrou a força do ciclo da borracha e, em 1912, a Universidade do Paraná, no contexto do ciclo do café. Posteriormente foram criadas a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, de Minas Gerais, em 1927, de São Paulo, em 1937, e, em 1961, a Universidade de Brasília.

Hoje, o ensino superior no Brasil viabiliza-se em cerca de 900 instituições de ensino. Pouco mais de uma centena é constituída como universidade. As demais são estabelecimentos isolados de ensino superior ou federações de escolas integradas. Segundo dados oficiais do Ministério da Educação de 1994,

existem quase 2.000.000 de alunos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil. As universidades – federais, estaduais e municipais – abrigam menos de 50% dessas matrículas.

A expansão do ensino superior até 1994, no Brasil, tem traços de qualidade insuficiente, resultado de um processo de crescimento destituído de avaliações das instituições e cursos. A marca do ensino superior nesta fase é dada pelo caráter elitista do setor público, que restringe o número de vagas oferecidas no período noturno. O cidadão que trabalhasse, em sua maioria integrante da população de menor renda, teria oportunidade de acesso apenas às instituições privadas, com qualidade inferior.

VAHL apud HAWERTOOD (1999) designa como oportunista a fase de expansão do ensino superior das décadas de 60 a 90, incentivada pela crescente demanda e pelas facilidades propiciadas pelo governo nos projetos de investimento em ensino superior, em que este ingressa no campo da comercialização. Ocorre que a expansão se deu sem o devido planejamento; a explosão de crescimento destas instituições aconteceu segundo critérios econômicos. Como prova disto têm-se as instituições que surgiram para suprir uma expectativa ou necessidade da sociedade local ou regional. Surgem pelo interesse de atuar em áreas geográficas economicamente atrativas para o empreendimento em questão.

O principal desafio era reconhecer a necessidade de avaliação das instituições e apontar novos rumos para a busca de conhecimento. Na troca de valores identificada pelos responsáveis pela educação no País, o ensino superior, mediado pelo processo adequado de aprendizagem, deve ter sua estrutura de planejamento remodelada. Segundo dados apresentados em 1999 pelo Ministério da Educação, os planos de governo a partir de 1995 seriam orientados pelos princípios de expansão, diversificação do sistema, avaliação, supervisão, qualificação e modernização.

É sempre preciso observar que nas transformações econômicas é que se encontram regras e padrões para a adequação do ensino. A educação dos tempos atuais relaciona-se profundamente com um “campo de forças” ligado ao futuro. MENEZES (1983) considera que a busca pela educação reflete a crença disseminada na função de instrumento de qualificação profissional e de promoção de desenvolvimento político-econômico,

social e cultural. Neste novo cenário, as IES passam a representar a fonte de propostas para superar desafios de desenvolvimento social e econômico.

Ocorrem, portanto, mudanças na sociedade, e mudam com isto as formas de comunicação. VELOSO (1999) ressalta o oportunismo dos meios de comunicação como a principal instituição socializadora dos tempos atuais, dado que por eles é controlado todo o funcionamento social. Com as mudanças na forma de obtenção de informação, muda a necessidade de produção, comercialização e, por conseguinte, a oferta no mercado de trabalho. Isto denota o caráter flexível que deve ser exigido também das instituições de ensino superior, que no caso do Brasil enfrentam dificuldades devido à rigidez da estrutura. Os estudantes, no Brasil, necessitam de instituições que atendam a sua necessidade de formação sintonizada com a nova configuração do mercado de trabalho.

4 ENFOQUE SOBRE MUDANÇAS

A grande contribuição da teoria de campo de LEWIN (1965) não está compreendida na sua qualidade de proposição formal, mas na habilidade que ela concede na construção de modelos de processos que despertam a atenção para certo tipo de variáveis que necessitam ser conceitualizadas e observadas.

A partir da utilização da teoria de Lewin pode-se compreender a dinâmica dos processos de mudança. Nesse sentido, a teoria de campo criada por Lewin é caracterizada como um método para analisar relações causais e estabelecer condições de descrever estas mesmas relações. Como exemplo pode-se citar a idéia de que, para decidir qual a melhor forma de realizar uma mudança, não é suficiente considerar uma única propriedade e, sim, deve-se examinar o ambiente como um todo.

Assim, uma vez que o comportamento é compreendido como uma mudança de algum estado de um campo de força num determinado tempo, transpõe-se este raciocínio para as organizações e observa-se que o comportamento organizacional é a resultante entre a relação que há entre as barreiras e as habilidades para transpô-las. Para compreender isto é importante a utilização do conceito de campo de força que envolve os fatos dentro da organização e, também, entender as forças resultantes deste campo de forças. Desse modo, para compreender a mudança na estrutura

do conhecimento ou nas informações, é necessário empreender estudos sobre todas as forças que favoreçam a construção de um conceito.

Nas mudanças organizacionais, ou seja, em que o campo de força tende para uma resultante, qual seja, melhoria de desempenho, aumento de produtividade ou reorganização administrativa, existem forças de impulso e forças de reação contrárias a estes impulsos ou a essas mudanças. LEWIN (1965) adverte que as forças impulsionadoras podem despertar e ativar as forças de restrição, e é por isto que nem sempre as forças impulsionadoras são as que melhor proporcionam aumento do desempenho organizacional. Muitas vezes é a redução das forças restritivas o meio mais eficaz de encorajar mudanças e aumentar o desempenho da organização.

Baseando-se nesta teoria, pode-se afirmar que um programa de mudança planejada destina-se a criar ou aumentar as forças impulsionadoras de mudança na organização e, ao mesmo tempo, remover ou enfraquecer as forças restritivas ou de resistência a mudanças. As forças impulsionadoras são representadas pelas mais variadas estratégias de mudança e inovação organizacional, enquanto as forças restritivas podem ser reunidas para fim técnico didático, em três grupos básicos: a) forças oriundas da cultura organizacional; b) forças impulsionadas por interesses pessoais; c) forças oriundas de percepções diferentes de objetivos da organização. As forças de restrições representadas por valores, cultura e interesses pessoais (que guiam e influenciam os comportamentos dos indivíduos) atenuam a força impulsionadora.

LEWIN (1965) é o responsável pelo conceito de resistência a mudanças. Entretanto, seu modelo é muito diferente do que é utilizado nos dias atuais. Tal conceito foi desenvolvido baseado na pessoa como um campo complexo de energias no qual todo comportamento é concebido através da mudança em algum estado do campo. Para o autor, a resistência a mudanças pode ocorrer e deve vir de algum lugar dentro do sistema. Isto vem ao encontro das idéias de KOTTER (1997), segundo o qual há possibilidade para a resistência estar localizada de forma individual, mas isto é muitas vezes mais provável de ser encontrado em qualquer lugar do sistema. Uma breve revisão do trabalho de LEWIN é necessária para avaliar sua perspectiva. Alguns autores descrevem a forma de mudança organizacional e social de LEWIN

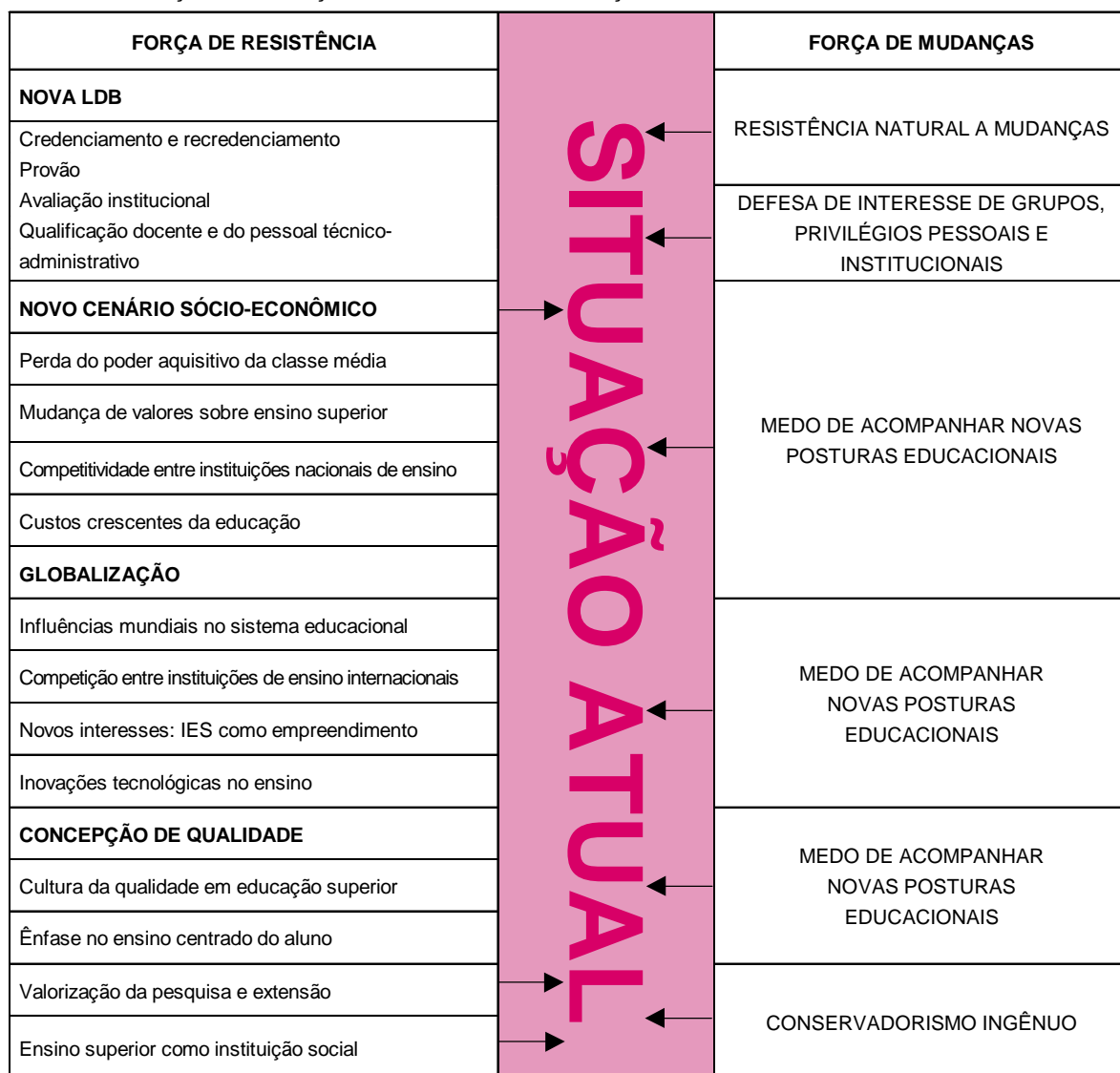
da seguinte forma: o sistema social é dividido em partes, segundo a forma de associação dos padrões, atitudes e expectativas e normas de comportamento. Observando instantes de mudança, de LEWIN (1965), nota-se que eles podem ser divididos em três fases: ruptura do estado estável inicial, depois um período de turbulência com probabilidade de adaptação e, finalmente, um período de consolidação da mudança em uma nova circunstância de estabilidade. LEWIN (1965) trabalhou a idéia de que o *status quo* representa um equilíbrio entre a barreira de mudanças e as forças que estão favorecendo estas mudanças, isto desde o ano de 1928, data em que consagrou sua Teoria de Campo. Ele acreditava que uma diferença entre as forças pelo enfraquecimento do estado das barreiras ou um fortalecimento da direção das forças é o suficiente para produzir um abalo que desencadeia o início da mudança.

5 CAMPO DE FORÇAS EM IES NO BRASIL: EM BUSCA DA TRANSFORMAÇÃO

Na figura 1, a seguir, que relaciona a situação das forças de mudanças no ensino superior no Brasil, há uma representação da situação onde se encontram tensões/forças que são geradas pelas necessidades relacionadas aos acontecimentos ligados à educação superior no Brasil, bem como às transformações políticas, sociais e econômicas que ocorrem e suas correspondentes resistências. As forças que tendem para uma locomoção, ou seja, as forças impulsionadoras do campo de forças do ambiente das IES, também correspondem a novas frentes de necessidades reconhecidas pelo próprio ambiente.

Analisando o campo de forças das IES, fica clara a existência de forças que impulsionam as mudanças em seu ambiente interno, conforme mostra a figura, dentre as quais pode-se citar: a) a nova Lei de Diretrizes e Bases, que estabelece critérios para credenciamento e descredenciamento; b) o provão, como uma forma de avaliação de desempenho nos cursos; etc.) a avaliação institucional, que em conjunto oferece garantias de expansão do ensino com qualidade e qualificação do docente e pessoal técnico-administrativo. No cenário econômico têm-se: perda do poder aquisitivo da classe média; modificações de valores sobre o ensino superior; competição entre novas instituições e aumento de custos da educação.

FIGURA 1 - FORÇA DE MUDANÇAS NO AMBIENTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL



FONTE: Elaboração dos autores

Acresce-se a isto o aparecimento de novas nuances políticas que acompanham o processo de globalização, exercendo influência direta no sistema educacional. As trocas decorrentes da internacionalização dos mercados podem se constituir na competição de instituições internacionais de ensino superior passando a ser tratadas como um empreendimento, muitas vezes em detrimento do seu objetivo mais comum. Há também, entre as forças impulsionadoras da globalização, as inovações tecnológicas do ensino, como a Internet, que, de acordo com pesquisas do Instituto Brasileiro de Pesquisa (2000), vem sendo intensificada pelo crescimento na adoção de computadores e pelo aumento na velocidade de

conexão de tráfego de dados, favorecendo o usuário em termos da qualidade em educação superior.

As mudanças organizacionais atingem subsistemas dentro da sociedade, relacionados com a estrutura, cultura, tecnologia, ambiente e pessoas. Mudar seria alterar as variáveis estruturais e os aspectos que se relacionam com elas. Na tecnologia, obtêm-se mudanças pelas alterações no processo de trabalho, no produto e em equipamentos. O ambiente organizacional pode sofrer mudanças pela troca de local de trabalho, entre as pessoas dentro da empresa, por alterações em suas atitudes, comportamentos, habilidades e perspectivas. No subsistema social denota-se a possibilidade de mudanças de valores,

comportamentos, normas e cultura. Ressalta-se que, no caso da cultura, deve haver uma reserva na medida em que, conforme RIBEIRO (1969), trata-se de uma réplica conceitual da realidade que é transmitida através de símbolos de geração a geração. Assim, torna-se mais fácil mudar a estrutura do que a cultura, uma vez que esta exige uma reformulação nos valores centrais da organização.

A compreensão da dinâmica do processo de mudanças dentro das organizações, e especificamente no caso das IES, revela os caminhos possíveis para uma redução nas barreiras impostas, pois atribui um maior domínio da situação pelo conhecimento do todo. Assim acontece quando se reconhecem as tensões ou forças ligadas às necessidades relacionadas à educação superior no Brasil. É o caso da busca por uma maior flexibilidade no sistema de ensino, que na atualidade exige uma reformulação para a adequação das necessidades impostas.

6 A UNIVERSIDADE DO PRÓXIMO MILÊNIO: ENSINO COLABORATIVO

Muito se tem falado de novas modalidades de ensino, criadas através da utilização de tecnologias de última geração. Qualquer tecnologia dentre as existentes, mesmo as mais antigas, apresenta vantagens e desvantagens, afetas a cada situação em particular, sem que haja um claro predomínio em termos de eficácia. O problema não reside especificamente na tecnologia, senão na forma de ensino: evidências no sentido da caracterização de uma nova Universidade, com novas modalidades pedagógicas de ensino e aprendizagem sendo propostas (MONTEIRO, COSENTINO e MERLIN, 2000; WOODS JR. 2000; CENA, 2000).

Para muitos estudiosos, como WOODS JR. (2000), a estrutura de ensino e a formação profissional nacional são geralmente precárias, não tendo condições de acompanhar as exigências de mudanças ocorridas no mercado de trabalho. Isto se considerados o distanciamento entre o conteúdo das disciplinas, constante nos currículos, e a velocidade das transformações nos vários campos do conhecimento científico e tecnológico, característica da atualidade. Sobre o tema, FERREIRA (1999) destaca que os profissionais graduados costumam ter uma formação diferenciada das demandas da realidade. Portanto,

encontram dificuldades para atuar no mercado de trabalho. Para o autor, o mercado “vive uma constante evolução (obrigatória, pela competitividade dos dias de hoje) que não foi acompanhada no decorrer da educação desse novo profissional”. (1999, p.2).

PALDÊS (1998) concorda com esses argumentos, ao afirmar que uma das finalidades do ensino superior é constituir-se na etapa final da formação cultural e profissional do cidadão, endereçando-o para as funções de investigação científica, produção e difusão do conhecimento. Todavia, o recém-graduado subitamente vê-se em um mundo onde a globalização, a instantaneidade das comunicações e os modernos recursos tecnológicos eliminaram os limites geográficos, estabelecendo novos parâmetros geopolíticos, que geram rápidas e profundas transformações, cada vez mais aceleradas e bruscas.

Autores, entre os quais pode-se citar CAMPOS et al. (citado em MONTEIRO, COSENTINO e MERLIN, 2000), afirmam que essa nova configuração tende a ser desenvolvida a partir de três ambientes distintos, caracterizados pela conexão, colaboração e comunicação. O ambiente conectivo possibilita conexões rápidas e flexíveis entre indivíduos, grupos e sociedades. Já o ambiente colaborativo permite a utilização das conexões para a resolução conjunta de problemas e a produção de novos conhecimentos. E, por fim, o ambiente comunicativo permite a construção de um significado mútuo para os novos conhecimentos.

Todo esse novo contexto educacional é enfatizado por MASON (1998), quando estabelece que as tendências ou correntes ligadas ao ensino na educação superior são grandemente influenciadas pela importância da interatividade no processo de aprendizagem. Para o autor, tais requerimentos tendem a promover uma mudança de regras, que transforma o professor de ‘sábio’ em ‘guia’, gerando, com isso, a necessidade de desenvolver habilidades ou competências para a gestão do conhecimento e para o trabalho em grupo. Tais especificidades propiciam a chamada aprendizagem cooperativa.

Portanto, a mudança tenderá a ocorrer também por meio da experiência do professor ou instrutor. Nesse caso, o professor transforma-se em condutor, em bandeirante ou desbravador de conhecimentos. Associado a esse novo papel exige-se a configuração de novas tendências ou correntes pedagógicas, que efetivamente representem transformações similares, não só nos alunos (ou aprendizes, como se quer hoje),

mas, principalmente, na qualificação dos professores. Desejam-se professores e alunos que interajam nesse ambiente colaborativo como verdadeiros construtores de disciplinas, num processo evolutivo que transforma a disciplina, adequando-a às necessidades do ambiente. Os professores, atuando como verdadeiros tutores dos alunos, e os alunos, transformando-se de simples receptores passivos do conhecimento em solucionadores de problemas, construirão um todo agindo diretamente na construção da disciplina e no perfil profissional dos alunos.

Neste ambiente de constante mudança e aperfeiçoamento, a Universidade deve contar com o apoio maciço de técnicas de comunicação, tais como videoconferência, Internet e programas correlatos, como correio eletrônico e *chats*.

7 A INTERNET COMO FERRAMENTA ESSENCIAL

O uso da Internet já está bastante disseminado como ferramenta de ensino, permitindo a oferta de cursos a distância e, em casos mais simples, o apoio a atividades presenciais, apesar de não se constituir em um meio completo, pois embora possa utilizar vídeos, áudios e textos, não o faz tão eficientemente quanto o videocassete, a televisão ou os livros.

Por que, então, usar a Internet para o ensino? Porque ela apresenta duas vantagens principais sobre os demais tipos de *mídia* (MCMANUS, 1995): em primeiro lugar, ela combina as vantagens dos demais tipos; por exemplo, apresenta recursos de som e vídeo melhor que qualquer livro, é mais interativa que qualquer videocassete e, finalmente, pode reunir, com baixo custo, pessoas dispersas geograficamente. A segunda vantagem é que, sem dúvida, é o recurso que possibilita a maior quantidade e diversidade de informações no mundo atual. Através dela é perfeitamente possível incorporar em um curso toda a informação disponível na rede. Por exemplo, ao se projetar um módulo para o ensino de Administração da Produção, pode-se incluir *links* para indústrias ou federações, *sites* com informações sobre técnicas de *kanban* ou filosofia *just-in-time*, *links* para *sites* contendo estatísticas de produção setoriais, simuladores de produção, etc. Este tipo de acesso imediato a informações e recursos não é possível em qualquer dos tipos de *mídia* existentes, e, segundo o autor, isso constitui realmente uma vantagem estratégica.

A Internet combina interatividade com fotos, áudio, vídeo e texto impresso; utiliza *hiperlinks* para reforçar conhecimentos ou apresentar explicações; permite que sejam efetuadas avaliações *on-line*. Enfim, como bem destaca SANGSTER, citado por LEE, GROVES e STEPHENS (1996), esse instrumento representa um novo conceito em tecnologia: a livreria em sua mesa de trabalho, o dicionário em seus dedos, o som em seus ouvidos. Não há nada que possamos ver ou ouvir que não possa ser disponibilizado por ela.

Finalmente, trata-se de um recurso que está se tornando cada vez mais presente, tanto nos escritórios quanto nas indústrias, ou mesmo em residências. A Internet dependerá do uso de computadores a ela conectados, e este recurso está sendo alvo de inúmeros projetos de popularização e difusão por parte dos governos, como incentivos, financiamentos, ou mesmo a simples disponibilização, a usuários, de equipamentos pertencentes a órgãos públicos ou privados como o SENAC, SENAI ou SEBRAE, por exemplo. Este aspecto contribuirá substancialmente para as alterações que estão sendo propostas, uma vez que se estará ampliando de forma acentuada o acesso à universidade por alunos dela separados pelo tempo, pela distância ou por outras circunstâncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se fale sobre o conceito de campo de forças, relacionado à mudança, é importante compreender que, em sua essência, o campo de forças não descreve as mudanças. Na verdade é utilizado para representar o estado da distribuição das forças no espaço.

Ocorrem mudanças na sociedade, transformam-se as formas de comunicação, obtenção de informações, as formas de produção, comercialização, e, por consequência, muda a oferta no mercado de trabalho. Nesse contexto, o jovem que deseja qualificar-se profissionalmente tem dificuldades, pois a estrutura da formação em nível superior do País é rígida. Este jovem necessita, assim, de uma instituição que ofereça formação compatível com a nova configuração do mercado de trabalho.

No mundo atual, a universidade deve atender à demanda por mudanças solicitadas por um meio ambiente cada vez mais agressivo, devendo buscar manter sob controle as resistências à sua implantação, de forma a privilegiar abordagens que se aproximam à do ensino colaborativo.

REFERÊNCIAS

- CENA, Johanna AND. **Bridging gaps between cultures, classrooms and schools**: a close look atn online collaborative learning. Disponível em: <http://www.ifets.ieee.org/periodical/vol.3.2000/d01.html>
- DRUCKER, P.F. **Uma era de descontinuidade**. Rio de Janeiro: Zahar,1974.
- FERREIRA, Marcelo. **Ensino a distância pela Internet**. 1999. Disponível em: <http://www.geocities.com/WallStreet/7939>.
- GALBRAITH, Jonh Kenneth. **A sociedade justa**: uma perspectiva humana. Rio de Janeiro: Campus,1976.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA. **Estatística do ensino no Brasil**. Jul. 2000. Disponível em: <http://www.ibope.com.br>.
- KOTTER, P. John. **A escolha de estratégias para mudanças**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- LEE, Stuart; GROVES, Paul; STEPHENS, Christopher. **Internet teaching**: existing tools & projects for on-line teaching. 1996. Disponível em: <http://info.ox.ac.uk/jtap/reports/teaching>.
- LEWIN, Kurt. **Teoria do campo em ciência social**. SãoPaulo: Pioneira, 1965.
- MASON, Robin. Models of on-line courses. **ALN Magazine**, v.2, Oct. 1998. Disponível em: http://www.aln.org/alnweb/magazine/vol2_issue2/Masonfinal.htm
- McMANUS, Thomas Fox. **Special considerations for designing Internet based instruction**. 1995. Disponível em: <http://ccwf.cc.utexas.edu/~mcmanus/special.html>.
- MENEZES, P. E. **Universidade**: ação e reflexão. Fortaleza: UFC, 1983.
- MONTEIRO, A. V.; COSENTINO, Aldo; MERLIN, L. Tendências pedagógicas e ensino à distância: conjeturas em direção a uma universidade colaborativa. In: A GESTÃO acadêmica em debate. Florianópolis: Insular, 2000. cap. 5, p. 151-183.
- PALDÊS, Roberto Ávila. **O uso da Internet no ensino superior**: estudo de caso da Universidade de Brasília. 1998. Projeto de Tese de Doutorado. Disponível em. <http://www.geocities.com/Cape.Canaveral/Lauch/5606>
- REALE, M. A educação no Brasil. **Folha de S. Paulo**, mar. 2000.
- RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. São Paulo: Paz e Terra, 1969.
- VELOSO, N. A. **Administração em educação**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos, 1999.
- WOOD JR, Thomaz. Reformando o ensino e o aprendizado de gestão da produção e operações. In: SIMPOI, 2., 2000. São Paulo. **Anais...** São Paulo: EAG/FGV, 2000.